

Documentos para a história do Museu de D. Diogo de Sousa

Eduardo Pires de Oliveira
Isabel Maria Fernandes

1. A defesa do património em Braga do séc. XVI ao XVIII

É impossível retratar o Museu de D. Diogo de Sousa no período que medeia entre 1918¹ e a actualidade² sem tentar compreender o fenómeno nos séculos que o antecedem. Braga foi, e é, uma cidade marcada pela riqueza do seu património arqueológico e arquitectónico. E como tal, ao longo das décadas nela conviveram os seus destruidores e defensores.

Circundada por castros — Monte Redondo, Santa Marta das Cortiças, Castro Máximo — a *Bracara* a que chamam *Augusta civitas romanorum* em terra galaica, sobreviveu das cinzas. Perante as suas permanências (vestígios) diversas foram as atitudes do homem pós romano: ignorância e indiferença — ambas propícias à delapidação — ou grande amor.

A outra *Bracara, civitas episcoporum*, defensora exímia dos ideais cristãos, soube também dialogar com o Espaço e com os Homens. Dela herdámos edifícios, objectos, textos e tradições.

Este passado, sempre presente aos olhos do bracarense de ontem ou de hoje, foi sendo ao longo das décadas acarinhado e protegido por alguns homens, apesar e contra a incúria de outros.

Recuando no tempo, alguns nomes se destacam de entre os amantes do passado e protectores dos seus vestígios. Os bracarenses de Quinhentos e de hoje comungam e coabitam um mesmo passado — *Bracara Augusta*. Um pouco por

¹ Pelo Decreto-Lei n.º 4/011 de 28 de Março de 1918 «é criado na cidade de Braga um museu de arqueologia e arte geral com a designação de Museu D. Diogo de Sousa».

² Pelo Decreto-Lei n.º 409/80 de 27 de Setembro é revitalizado «o Museu D. Diogo de Sousa, de Braga, organismo dependente do Instituto Português do Património Cultural» e «definido como um museu regional de arqueologia».

todo o lado se encontravam, e encontram, vestígios da época romana: as ruínas das suas termas e templos, os vestígios das suas necrópoles, os caracteres das suas inscrições. Uns por ignorância vão-na destruindo, outros são lhe indiferentes e outros ainda, porque nela reconhecem mensagens de épocas remotas, tentaram e tentam preservá-la. Assim sucedeu com D. Diogo de Sousa, D. Rodrigo da Cunha, D. Rodrigo de Moura Teles, Jerónimo Contador de Argote, Pedro da Cunha Souto Maior e muitos outros que a história de Braga enaltece.

É de D. Diogo de Sousa, arcebispo de Braga (1505-1532), a ideia de recolher no Campo de Sant'Ana alguns dos marcos miliários provenientes das vias romanas que conduziam à cidade^{3 a 6} (Est. I-1 e 2).

Outro arcebispo, D. Rodrigo da Cunha, publica em 1634 a primeira história

³ Deste modo se refere Francisco d'Olanda aos miliários do Campo de Sant'Ana, actual Avenida Central: «Tambem em a Pu-/licia e regimento de ornar as obras publicas / em sua perfeição assi nas fabricas das pontes / e vias como tambem nisto que os romanos soião / fazer em as vias romanas que digo que ião en-/calçadas de pedra scilice de todo o mundo / a Roma. E costumavão elles a pôr de le-/goa a legoa huma coluna ou pedra com letras / que dezia em latim as legoas para saberem ser / encaminhados os caminhantes que todos sabiam / latim até em Portugal. E para não errarem os / caminhos como se vê entre Evora e Beja sem / letras, e com letras em a serra do Jerês e nos / padrões que dela vierão que estão em Santa Ana / de Braga» in Francisco d'Olanda — *Da Fabrica que falece ha cidade de Lysboa*, 1571, fl. 23 v., manuscrito publicado fac-similado por Jorge SEGURADO — *Francisco d'Olanda*. Lisboa, Edições Excelsior, 1970, p. 112.

⁴ Diz D. Rodrigo da Cunha, quando se refere a D. Diogo de Sousa: «Sua he, & edificada por elle, a Igreja de Santa Anna, no mesmo terreiro, junto do qual mandou levantar em muito boa ordem, as pedras & colunas, que os Romanos quando senhoreavão Braga, levantarão a diversos Emperadores: pera que naquellas letras tivessem os curiosos em que gastar tempo, & se fizessem peritos nas antiguidades de sua patria» in Rodrigo da CUNHA — *Da História Ecclesiastica dos Arcebispos de Braga, e dos Santos, e Varoens...*, Vol. 2, Braga, Manuel Cardoso impressor, 1635, p. 296.

⁵ E José de Matos Ferreira em 1728 assim se refere aos marcos miliários: «Da cidade de Braga, athe ao fim dos limites do lugar de Santa Cruz, e entrada da freguesia de São João da Balança, não se acha na Geyra padrão algú, que como foy sempre e he estrada muyto continuada e frequentada, pouco a pouco os forão furtando pellas freguesias, como hoje ainda fazem nestes poucos que aparecem; Razão por donde o illustrissimo Senhor Arcebispo Primaz de Braga Dom Diogo de Sousa colocou os que pode no Campo de Santa Anna, dos quais a maior parte forão trazidos das vinhanças de Braga, porque este insigne Prelado, vendo em seu tempo que todos os padrões hião pella Geyra padecendo ruyna, e que com ella facilmente se podia escurecer de todo a memoria de tão preclara antiguidade, conduzio os que pode para Braga, para que postos nesta cidade, estivessem seguros da ruyna, e roubos que padeciam, e com estes poucos se conservasse a antiguidade de Braga, e da Geyra» in José de Matos FERREIRA — *Thesouro de Braga descoberto no campo do Gerez*, 1728, Braga, Câmara Municipal de Terras de Bouro, 1982, p. 20-21.

⁶ Informa-nos J. Augusto Ferreira «A Ermida de Sant'Anna ficava em frente á Igreja dos Congregados, e foi demolida em 1769. N'ella estava gravada uma inscripção, que reproduzo segundo a lição dos archeologos bracarenses: 'Sacellum hoc simul et platéam, in qua arbores veteresque vineae antea erant, fecit Didacus de Sousa, Archiepiscopus atque Dominus Bracarensis, Hispaniarum Primas; ibique monumenta Romanorum, quae stare vides, dispersim reperta, ob Bracarae Augustae memoriam, erigi imperavit anno Dñi 1506» in J. Augusto FERREIRA — *Fastos Episcopales da Igreja Primacial de Braga (séc. III-séc. XX)*, vol. 2, Braga, Edição da Mitra, 1930, p. 395-396, nota 3.

de Braga, a *História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga*, Braga, 1634, em cuja introdução estuda a ocupação humana da cidade até à Alta Idade Média.

Mais tarde (1723) cabe a outro arcebispo, D. Rodrigo de Moura Teles (1704-1728), a reorganização desse núcleo de miliários que então já se encontravam tombados^{7 8}.

Ainda durante o seu arcebispado, um nome se salienta na defesa do Património — Pedro da Cunha Souto Maior. Entre a correspondência enviada e recebida pela Academia Real da História (1720-23) é frequente encontrarem-se cartas suas⁹. Nestas, para além de transcrever várias epígrafes — trabalho que se propôs realizar na região bracarense — insurge-se contra a delapidação do Património e a necessidade de aplicação da lei que o rei D. João V tinha publicado em prol da sua defesa¹⁰.

Mas nos Anais de Setecentos um outro nome se salienta — Jerónimo Conta-

⁷ É importante referir que esta tão enaltecida atitude de salvaguarda dos miliários que D. Rodrigo de Moura Teles houve por bem fazer, se deve muito provavelmente ao empenho de Pedro da Cunha Souto Maior. Este, numa carta enviada à Academia Real da História e datada de 24 de Outubro de 1723, diz: «Espero que Vossa Excellencia senão esqueça de aplicar a expedição da Ordem para a Camara desta cidade fazer levantar os padrões Romanos que se achão no Campo de Sant'Ana desta, de cujo exame espero que se siga a utilidade de se poder fixar o sitio por onde corria esta via militar daqui para o Gerez que eu julgo ser diversa das que traz o itinerario de Antonino Pio e par este juizo tenho (a meu ver) solidos fundamentos não obstante as autoridades modernas em contrario, como digo ao Padre D. Hyeronimo Contador», ob. cit. nota 9, 27, 1925-1926, p. 127.

⁸ «Porem como o tempo consome tudo, não foy bastante esta diligencia para que deixasse de causar tambem nelles algũa ruyna, lançando-os a todos em terra, athe que chegou o anno de 1723, tempo que em Braga governava o illustrissimo Senhor Arcebispo Primaz Dom Rodrigo de Moura Telles, Prelado em tudo magnanimo, o qual levado do grande desejo de que em Braga lhe não ficasse nada que aperfeiçoar, os mandou erigir com magnificencia sobre alicerces e pilares, pondo todas suas inscrições em letras de ouro; e porque no dito campo se achou menos hum padrão dos doze que ali estavam, que havia de ser furtado, mandou que dous pedaços que estavam no seu jardim dos Paços Archiepiscopais fossem tambem postos no Campo de Santa Anna, para que mais lustrassem naquella praça publica e que junto hum pedaço com outro ficasse sendo hum padrão, e com elle se ajustava o numero dos doze» in ob. cit. nota 5, p. 21.

⁹ Pedro de AZEVEDO — *O Livro 2.º da correspondência expedida e recebida pela Academia Real da História*. «O Arqueólogo Português», Lisboa, 26, 1923-1924, p. 37-163; 27, 1925-1926, p. 57-128.

¹⁰ A seguir e a título de exemplo transcreve-se uma das suas cartas: «Meu Senhor. — Com a cópia da Inscipção incluza ponho na noticia de Vossa Excellencia mais hũa atestação do consideravel prejuizo que vay fazendo o não se haver aqui publicado a nova ley promulgada em outras partes em beneficio da conservação das memorias antigas de que me lastimo sem remedio e lhe vou applicando o que lhe cabe na esfera da minha possibilidade, que he comprar aos donos estas estimaveis pedras e fazelas conduzir a minha casa onde estão menos expostas ás sem razões de barbaridade e ás injurias do tempo para os que não querem ou não podem vendelas me valho da industria de explicarlhes as cominações da ley e para produzir o pretendido efeito, devia Vossa Excellencia mandarme hũa ordem sua para que eu, em presença de algũ official de justiça que lhes fará mais terror lhes intimasse as penas cominadas aos Transgressores. Deos Guarde a Vossa Excellencia muitos anos. Braga de Junho 3 de 1723», ob. cit. nota 9, 27, 1925-1926, p. 105.

dor de Argote. Também este, num interessante texto, se insurge contra a destruição do Património. Diz-nos ele:

«He notavel a incuria, e descuido dos nossos Portuguezes em procurar, e fazer manifestas ao publico as antiguidades do seu Paiz, e tão grande, que nem ainda compellidos da grandeza, e liberalidade do nosso Augusto Monarcha, tem dado satisfação às ordens, que se mandarão às Camaras, Ministros Ecclesiasticos, e seculares de todo o Reyno, para effeito de manifestarem à Academia Real todas as que existissem, e de que tivessem noticia. Antes me consta he tal a malicia de alguns rusticos, que vendo, que se procurarão as pedras, e Inscriptoens Romanas, que existem, com ordem de Justiça, imaginando que isto se faz para achar thesouros, encobrem quamto podem a noticia das taes pedras, com a ambição de serem elles os que se aproveitem das imaginarias riquezas»¹¹.

D. Gaspar de Bragança, por sua vez, mandaria transportar para as Carvalheiras, em 1769, as epígrafes romanas que D. Diogo de Sousa e seus sucessores tinham reunido em redor da Capela de Santa Ana (Est. III-1 e 2).

2. Os antecedentes oitocentistas do Museu D. Diogo de Sousa

O século XIX e a museologia

Em Oitocentos, um pouco por toda a Europa denota-se um interesse crescente pelos estudos arqueológicos¹². O homem do séc. XIX alarga o campo das suas investigações às épocas que antecedem a greco-romana. Questiona-se sobre a origem do homem e a sua interpretação do passado vai procurar novas bases de apoio. Não se limita mais à análise das permanências visíveis de outras épocas (templos, inscrições, moedas...) e ao estudo das suas fontes literárias. Parte para a análise do terreno e das permanências materiais que se encontram ainda no subsolo. É a interpretação do passado que recua às épocas pré-históricas, baseia se, com uma insistência cada vez maior, em escavações arqueológicas¹³.

¹¹ Jerónimo Contador de ARGOTE — *Memórias para a História Ecclesiástica do Arcebispo de Braga*, vol. 1, Lisboa, 1732 (Est. II).

¹² «Le XIX siècle fut, dans une assez large mesure, à l'égard du moyen âge, ce que le XVI^e avait été à l'égard de l'Antiquité gréco-romaine. (...) Mais la Société Française d'Archéologie, qu'il créa en 1834, devait s'attacher essentiellement aux vestiges architecturaux et à la décoration monumentale du moyen âge. En ce même temps, cependant, l'étude de la préhistoire accédait au rang de discipline scientifique. Dépourvue alors d'une chronologie solide et ne pouvant l'établir à l'aide de sources écrites, elle fit très vite porter ses efforts sur l'étude du sol et sur les fouilles» in Michel de BOUARD — *Manuel d'Archeologie Médiévale. De la fouille à l'histoire*. Paris, Société d'Éditions d'Enseignement Supérieur, 1975, p. 9.

¹³ «La science de la préhistoire avait débuté vers 1830 alors que l'opinion se préoccupait beaucoup des origines de l'homme. Boucher de Perthes, trouvant des silex taillés et des restes humains dans les falaises d'Abbeville, associe ceux-ci et utilise pour la première fois dans ses déductions une méthode stratigraphique. Déjà en 1826, Tournal et Christie avaient dans le Languedoc souligné l'association d'ossements humains à ceux d'animaux disparus. Lorsque Boucher Perthes publie

Os ideais nacionalistas tão propalados neste século, mais incentivam a busca de permanências dos antepassados, como garante da antiguidade de um povo e justificação da identidade de uma nação.

O investigador não vive mais isolado, sente necessidade de compartilhar as suas certezas e interrogações, de transmitir as suas vivências. Proliferam as Associações, confrontam-se ideias¹⁴. As permanências do passado, os achados arqueológicos provenientes ou não de escavações, são apresentados e discutidos em grupo, comprovam teorias. Surgem assim os primeiros Congressos Internacionais de Antropologia e Ciência Pré-histórica¹⁵. Os investigadores apresentam novos dados, sustentam teorias e a observância e recolha de objectos ganha foros de primazia e torna-se sustentáculo de teorias. As ideias defendem-se com base em provas materiais, em espólio proveniente de escavações arqueológicas.

E que fazer a estes objectos, importantes sustentáculos do avanço das investigações? Eles comprovam teorias e em caso de dúvida ou contestação são o seu argumento mais válido. Estes objectos transmitem a mensagem do investigador, defendem e propagam as suas teorias, sendo portanto necessário torná-los acessíveis aos outros, comprovando através deles e pela sua reutilização as teorias divulgadas, e oferecer-lhes um espaço de diálogo privilegiado — o MUSEU¹⁶.

en 1847 «Antiquités celtiques et antédiluviennes» qui est fort attaqué, il fait école. Thomsen au Danemark, puis le docteur Rigollot à Saint-Acheul, les Portugais à Mauge, les Anglais Sir J. Prestwick, Lyell et Gaudry en France, Keller en Suisse (découverte des Palafittes), Lartet et Christie aux Eyzies essaient de découvrir l'homme fossile et d'établir des chronologies...» in Louis FRÉDÉRIC — *Manuel Pratique d'Archéologie*. Paris, Éditions Robert Laffont, 1967, p. 33.

¹⁴ No séc. XIX «ils travaillaient généralement au sein de sociétés régionales ou locales, aujourd'hui disparues ou assez généralement décadentes, mais qui furent alors des pépinières de bons chercheurs. En portent témoignage leurs publications qui forment d'imposantes séries dans nos bibliothèques. Ce n'est pas seulement en France que le XIX^e siècle fut l'âge d'or des «Sociétés savantes». Lorsqu'en Angleterre, par exemple, furent créés entre 1844 e 1850, le Royal Archeological Institute, puis le département des Antiquités britanniques et médiévales du British Museum, nombre de sociétés archéologiques avaient vu le jour dans les comtés. Elles sont encore aujourd'hui singulièrement plus vivaces et actives que les nôtres, et disposent de ressources financières incomparablement supérieures», ob. cit. nota 12, p. 10.

¹⁵ «Le terme de musée doit donc être désormais réservé a des institutions officielles, d'intérêt public. Dès le début du siècle [dezanove], elles sont entrées si profondément dans les moeurs qu'elles sont liées étroitement à la politique et tiennent compte de ce facteur nouveau de la vie publique dans l'ère démocratique: l'opinion (...) Plus tard, la création d'un musée à Oslo, le Norsk Folkemuseum, fut motivée par les luttes contre la Suède qui aboutirent à l'indépendance norvégienne, prononcée en 1905. C'est en 1895 que fut fondé ce musée, dont Moltke Moe, son fondateur, déclarait qu'il devait être «un monument érigé à l'évolution de notre race, au développement de la pensée, à notre culture nationale...» (...) Tout au cours du XIX^e siècle, l'action officielle dans tous les pays tend à faire du musée un foyer de ce nationalisme qui est la forme politique de l'Europe in Germain BAZIN — *Le temps des musées*. Paris, Desoer, 1967, p. 194-195; «La collection se justifie, dès lors, non seulement comme un outil de prestige ou comme un support de délectation. Elle naît d'une volonté d'étude et de confrontation. Mise à la disposition du peuple, elle souhaite contribuer à son éducation et à la formation de sa conscience nationale» in Danièle GIRAUDY; Henri BOUILHET — *Le musée et la vie*. Paris, La Documentation Française, 1977, p. 25.

De facto, por toda a Europa do séc. XIX se assiste ao incremento dos museus de arqueologia, onde os objectos, provenientes ou não de escavações, são recolhidos, estudados e expostos a um público cada vez mais ávido de conhecer as suas raízes¹⁶.

Os museus no Portugal de Oitocentos

Mas qual o significado da instituição *Museu* no Portugal Oitocentista?

Para o tentar compreender partimos da análise dos escritos de autores coevos. Em 1833 João Baptista Ribeiro ao falar sobre o museu Portuense escreve:

«um centro de reunião ás produções d'Arte da Pintura, Gravura, Escultura e Architectura Civil, onde regularmente poderão utilizar os Artistas, Alumnos, e em geral toda a Nação, por ser aquelle Estabelecimento destinado á propagação dos conhecimentos, que tem por base fundamental aquellas Artes, de maneira que todas as subalternas hão de de florecer logo que aquellas sejam dignamente cultivadas: a Nação concorrerá ao Museo a declarar o seu gosto pellas Bellas Artes e a caracterizar d'este modo a época actual: as obras magistraes que por ventura allí estejão, espalharão até nas últimas classes do Povo, o gosto do bello, o amor, e o sentimento das Artes, e d'este habito de ver e comparar, resultará uma massa de conhecimentos adquiridos suavemente, e dos quaes o effeito, ainda que pouco sensível em cada um em particular, se manifestará d'uma maneira incontestavel nas reuniões públicas. Os Artistas serão acolhidos com distincção. Os Amadores firmarão suas ideias. O Governo dando protecção a tal estabelecimento mostrará que marcha na mesma senda das nações civilisadas. O Museo recolherá proveitosamente a sentença do homem velho, o pensamento do menino, o juizo do litterato, o dito do homem do mundo, e os propositos do Povo»¹⁷.

O museu é pois um instrumento de cultura e diálogo¹⁸. Aprende-se com os objectos, pela sua análise e estudo. O museu é entendido como escola. Os objectos, obras originaes e creativas, devem conduzir à *instauração de uma nova realidade*, à criação de novas formas de arte. Daí a existência, anexa ao museu, de uma *Casa d'Estudo*¹⁹.

¹⁶ «La première moitié du XIX^e siècle est pour les musées d'archéologie une grande époque. Les musées sont devenus les temples, où sont conservés les témoignages de l'histoire humaine, dont l'origine va plonger de plus en plus profondément dans le lointain des millénaires», ob. cit. nota 15, p. 201.

¹⁷ Citado por Pedro VITORINO — *Os museus de Arte do Porto. Notas históricas*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930, p. 11-12.

¹⁸ «Desculpe-nos v. exc^a se insistimos n'este ponto, que julgamos de importância capital. É uma questão de methodo. Um museu das artes não pode, nem deve ser hoje um bric-à-brac de objectos mais ou menos dispendiosos. Deve ser um estabelecimento público, destinado a educar e a apurar o sentimento esthetico de todas as classes, por meio de uma propaganda activa e constante». in Joaquim de VASCONCELOS *et alii* — *O museu municipal do Porto. O seu estado presente e o seu futuro. Relatório apresentado...* Porto, Typ. de A. J. da Silva Teixeira, 1889, p. 21.

¹⁹ «A Casa d'estudo do Museo será provida de modelos naturaes, como, armas antigas e modernas, vestiduras, alfaias, tecidos exquisitos apropriados aos costumes, para guiar o artista na

E «considerando que a fundação de um museu de bellas artes não só é de provada conveniencia para os estudos respectivos e *credito da civilização do paiz*, mas também ha de trazer grande vantagem a differentes investigações relativas à história da patria»²⁰, o museu serve os ideais nacionalistas da época, justifica a identidade da Nação, narra a história do Povo, comprova a sua antiguidade, o seu valor. A Nação é um corpo com tradições, e cuja antiguidade é reconhecida pelas permanências que subsistem desse longínquo passado e cuja recolha no museu obsta à sua delapidação e ou destruição.

Mas o museu não se pode limitar a expor as peças que conseguiu reunir. Cada objecto pertence a um espaço e tempo determinado, é fruto de uma época. O museu, instrumento de educação e diálogo, deve proporcionar ao seu utilizador o máximo de elementos para que a mensagem do objecto seja facilmente apreendida. É interessante verificar que à criação de um museu no séc. XIX se associa, quase sempre, a de uma biblioteca e oficinas²¹. Estas complementam o objecto, permitem aprofundar o seu conhecimento, estudar as suas origens, estabelecer comparações. A utilização de reproduções é neste período considerada imprescindível para a educação do público²². São estas que permitem ao museu colmatar as suas lacunas temáticas e conhecer melhor os seus objectos comparando-os com os de outras instituições²³.

composição dos quadros históricos, obras d'Escultura, e Decorações d'Architectura Civil. Este é o unico methodo para conseguir produções de verdadeiro merecimento, por isso que derivão da propria verdade» extraído do regulamento do museu portuense da autoria de João Pedro Ribeiro *in* ob. cit. nota 17, p. 13.

²⁰ Decreto de 10 de Novembro de 1875 que nomeia uma comissão para estudar a reforma do ensino de Belas-Artes nas Academias de Porto e Lisboa, transcrito em marquês de Sousa HOLSTEIN — *Observações sobre o actual estado do ensino das Artes em Portugal, a organização dos museus, e o serviço dos monumentos históricos e da archeologia...* Lisboa, Imprensa Nacional, 1875.

²¹ «Como complemento d'estes museus é necessaria uma bibliotheca de bellas artes e de archeologia. (...). Junto aos museus e dependentes d'elles estariam as officinas de que já falei de galvonoplastia, photographia e moldagem», ob. cit. nota 20, p. 35-36.

²² «Seria da maxima vantagem que no museu central [de Architectura] existissem, ou em modelos de vulto ou em simples desenho, as reproduções dos nossos edificios publicos; a photographia pôde auxiliar muito a formação d'esta collecção, e é muito facil por meio d'aquelle processo reunir em pequeno espaço todos os elementos para uma historia da architectura», ob. cit. nota 20, p. 31; «Se este museu [de arte industrial] for acompanhado de algumas officinas para a reproducção dos objectos que possuir, poder-se-hão fazer trocas de copias com outros museus identicos, conforme a pratica n'elles seguida, e por este meio acrescentar o nosso museu sem dispendio. Alem d'isso as copias serão necessárias, não só para vender ao publico aqui e fóra do paiz, mas tambem para formação dos pequenos museus junto ás aulas de desenho applicado á industria que houverem de se crear», ob. cit. nota 20, p. 33.

²³ «A multiplicidade e a perfeição dos modernos processos de reprodução da photographia inalteravel (...); da photo-gravura, heliogravura, etc. (...); da chromolithographia (...) etc. — permitem renovar e variar indefinidamente a exposição permanente de história da arte, pondo-a ao serviço do público e dos conferentes, que se promptifiquem a instrui-lo. (...) Ensinamento e proveito para a grande maiora do público só pode have-lo, quando este perceba a relação das obras

Mas os museus portugueses de Oitocentos não se limitam a oferecer aos utilizadores as suas colecções, biblioteca e oficinas, em estreita conexão com estas surgem as *Associações de Amigos do museu*²⁴.

Diz-nos João Baptista Ribeiro em 1836: «Não foi só aquella generosa Resolução a que veio animar o Museu; S. M. (...) pela Portaria de 2 de Novembro do mesmo anno [1835] Dignou-se Approvar os *Estatutos da Associação Portuense denominada dos Amigos das Artes...*»²⁵.

Em 1889 no relatório da sub-comissão encarregue de estudar a reorganização do museu municipal do Porto, e de que foi relator Joaquim de Vasconcelos, diz:

«seja-nos licito lembrar a v. exc.^a e à exc.^a camara que conviria *crear uma Sociedade Protectora junto do Museu*, que, sem pretensões scientificas, mas com intuito levantado e com alguns meios, auxiliasse a futura administração do estabelecimento, sollicitando o concurso dos sábios e estudiosos do paiz...»²⁶.

Mas também é frequente serem os agrupamentos/instituições a favorecer o nascimento de um museu. Foi assim com o Museu do Instituto de Coimbra, foi assim como o Museu do Carmo, pertença da Associação dos Architectos²⁷.

Não queríamos deixar de referir um outro aspecto que ressurge da análise dos escritos coevos — a regionalização museológica. No séc. XIX a política

entre si e possa coordenar as suas impressões. Havendo por toda a parte lacunas e soluções de continuidade, que resultam da exposição de fragmentos artísticos dispersos, como pode haver lição proveitosa? (...) A galeria de reproduções ajudará a estabelecer essa alliança solidamente. Não propomos innovações; aproveitamos sómente a experiência de nações mais previdentes. Foi d'este modo que procederam outras corporações municipaes estrangeiras, que dispõem de recursos muito mais valiosos, em paizes muito mais adiantados que o nosso», ob. cit. nota 18, p. 20-21.

²⁴ «Apparaissent aussi avec la fin du XIX^e siècle autour du conservateur responsable de la protection de ce patrimoine et de son étude, les premières sociétés savantes, le plus souvent archéologiques. Ces collectivités de bourgeois et de notables constituent des collections d'histoire locale par fouilles ou par donations, qui seront petit à petit reprises en charge par les collectivités publiques», ob. cit. nota 15, texto 2, p. 25.

²⁵ Citado em ob. cit. nota 17, p. 7.

²⁶ Ob. cit. nota 18, p. 33.

²⁷ Diz Sá Vilela: «As associações estão sendo hoje em toda a parte, um poderoso motor, um meio d'acção muito eficaz, com o qual se conseguem importantes resultados na politica, na industria, no commercio; e tambem nas sciencias e nas letras. Não sei se entre nós este meio terá sido convenientemente applicado: o que pôde dizer-se, é que até hoje, em coisa nenhuma d'essas tem produzido quanto poderia produzir e d'elle se devêra esperar (...)», e continua, a Associação dos Architectos Civis «creada em 1864, desinvolveu-se dois anos depois, com o nome de Associação dos architectos e archeologos portuguezes; fundando então um museu de architectura, materiaes de construcção e archeologia; obtendo mais tarde (1872) o titulo de Real. Não tem decerto medrado, como muito seria para desejar, combatida pelos ares da indifferença, não raro pelos erros dos seus mesmos cultores, e açoitada pelas rajadas da malquerença como por vezes lhe acontece» in Sá Vilela — *As ruínas do Carmo. Breves considerações...*, Lisboa, Typ. Universal, 1876, p. 21 e segs.

museológica, se assim nos é lícito expressarmo-nos, apoia a criação de museus centrais sem no entanto descurar a formação de museus locais:

«A criação em Lisboa de museus centraes não dispensa a existencia de museus provinciaes, tanto mais que temos para elles elementos em muitas terras. Não é por certo necessario que haja em cada capital de districto pequenas colleções, que sejam por assim dizer reproduções em escala diminuta dos museus de Lisboa. O que é necessario é que, aproveitando os nucleos ou elementos que existam em cada terra, se trate com cuidado da sua conservação e do seu engrandecimento»²⁸.

«Os municipios podiam facilmente ser levados a concorrerem para a sustentação d'estes museus, e até os particulares não deixariam de contribuir para que elles tomassem incremento. Junto das colleções provinciaes deve tambem haver pequenas bibliothecas, contendo livros de bellas artes, de archeologia e sobretudo de applicação do desenho á industria, e alem d'isso photographias de monumentos, d'objectos de arte, etc.»²⁹.

O mesmo advogam Joaquim de Vasconcelos³⁰ e o director do Museu Etnológico Português, Leite de Vasconcelos³¹.

Após termos delineado as principais linhas de força que nos parecem caracterizar o panorama museológico do Portugal de Oitocentos, gostaríamos de nos debruçar, ainda que sucintamente, sobre os museus de archeologia.

Para o Marquês de Sousa Holstein «o museu de archeologia deve ter uma feição especialmente nacional e conter todas as antiguidades que porventura se descobrirem debaixo do nosso solo e possam illustrar a historia do nosso paiz»³².

E Sá Vilela em 1876 escreve:

«Os museus são hoje tidos, mais do que nunca, como um dos melhores e mais importantes recursos, para o estudo das sciencias, das bellas-artes e da industria. As nações mais civilizadas, disvellam-se na propagação e no enriquecimento d'estes templos da illustração, que já se contam aos centos, e até mesmo pelas cidades de segunda e terceira ordem (...).

²⁸ Ob. cit. nota 20, p. 36.

²⁹ Idem, p. 38.

³⁰ «Advogando a concentração dos despojos archeológicos e ethnographicos no Museu do Porto, afastamos toda a ideia de usurpação. Ninguém pretende roubar às provincias do norte o seu thesouro de antiguidades, mas ninguém poderá, nem deverá impedir que a administração do Museu salve directamente, ou por intervenção dos seus correspondentes, as antiguidades que apparecerem no mercado, e que as localidades interessadas não quizerem ou não puderem adquirir por falta de meios», ob. cit. nota 18, p. 32-33.

³¹ «Por todas as razões Braga não póde deixar de ter um museu municipal, em que se reco-lham objectos archeologicos e de ethnographia moderna (...) mas o Museu não é só para os de Braga, é tambem para os de fóra (...) Os museus da natureza d'este devem ser eminentemente locais, conter o maior numero possivel de objectos que dêem ideia da região ...» in J. Leite de VASCONCELOS — *Museu Municipal de Braga*, «O Archeólogo Português», Lisboa, 3(3/4) Março-Abril 1897, p. 78-80.

³² Ob. cit. nota 20, p. 33.

Mas entre todos os museus, os que ultimamente vão attrahindo mais a atenção e as diligencias dos sabios de todos os paizes, são os museus archeologicos, especialmente os de archeologia pre-historica. Citam-se já hoje museus archeologicos muito notaveis, e da maior importancia para a sciencia (...).

Entre nós, e muito me custa fazer esta confissão, ainda que nos estudos e investigações archeologicas se possam citar nomes illustres, desde André de Rezende até ao zeloso Cenaculo, modernamente quasi que chegou a escarnecer-se d'esta sciencia, desdenhando-se até das indagações litterarias sobre as nossas antiguidades»³³.

É certo que a arqueologia entendida como ciência teve poucos adeptos na primeira metade do século³⁴. Em Portugal Oitocentista os primeiros núcleos museológicos de arqueologia surgem apenas na segunda metade e acompanham o incremento dado nessa época às escavações arqueológicas³⁵. Infelizmente a

³³ Ob. cit. nota 27, p. 14-15.

³⁴ Diz Possidónio da Silva «Ninguém duvida hoje de quanto são proficuas para a história da humanidade, as investigações archeologicas; e é certo que só pelo exame e comparação dos objectos que d'ellas resultam, será possível descobrir a origem e o progresso da civilização dos povos primitivos.

Têm-se desvelado as nações mais cultas n'esse estudo: e tão proveitoso e constante tem sido elle, que a sciencia da Archeologia tomou tal incremento, que seria apontada como em atraso intellectual, a nação que deixasse de attender a tão importante assumpto.

Portugal, infelizmente, tem sido um dos ultimos paizes a tratar de investigações archeologicas; e as mui limitadas que se não feito, tem sido apenas devidas á iniciativa particular. Por isso tambem tem sido limitadissimo o resultado de taes investigações: não obstante n'ellas se terem distinguido muito, dentro e fóra do paiz, os insignes archeologos os srs. Pereira da Costa, Carlos Ribeiro e Delgado. Os seus trabalhos porém, só tiveram em vista o estudo dos monumentos prehistoricos, das industrias das epochas da pedra lascada e da polida; e alguns de craneologia. As construcções megalithicas são das antiguidades que mais abundam em Portugal; e pela abertura das vias ferreas, se descobriram, nas camadas geologicas, depositos das armas e instrumentos das duas primeiras edades paleolithica e neolithica; sem todavia se ter encontrado no solo portuguez até agora, um centro da industria dos objectos em silex, como tem acontecido na Suissa, na Bélgica e na França.

Mas pela historia antiga não se ignorava, que diversos povos de raças differentes, se haviam disputado a posse do solo da Lusitania; (...) estava reservado para o ultimo quartel do seculo XIX, o descobrimento dos vestigios das habitações, e dos utensilios do uso dos seus remotos habitadores, como provas materiaes que confirmassem o que tão sómente a tradição nos referia, pelo ecco de gerações successivas.

No principio do anno findo, teve o illustrado sr. dr. Martins Sarmento, a feliz idéa de fazer acertadas investigações no monte da Citania, na altitude de 336,57 m., a 8 kilometros de Guimarães, por estarem alli apparentes algumas ruinas de fabrica moderna, mas que a tradição referia terem pertencido a uma antiga povoação existente no dito local: pretendendo-se que dava corpo a esta supposição, o descobrimento da celebre pedra Formosa...» in Joaquim Possidónio da SILVA — *Relatório, apresentado na sessão de 14 de Maio (...) ácerca do descobrimento feito no monte de Sancta Luzia em Vianna do Castello, no mez de abril de 1877.* «Boletim da Real Associação dos Archeologos Civis e Architectos Portugueses», Lisboa, série 2, 1877, 2 (2), p. 27.

³⁵ «As publicações dos snrs. Pereira da Costa, Carlos Ribeiro, Delgado, Martins Sarmento, Possidónio da Silva, Estácio da Veiga, Filippe Simões e outros; o magnifico Museu anthropologico e archeologico (em parte), fundado pelo segundo, e installado na Academia Real das Sciencias, que é o fructo de preciosas explorações; o Museu archeologico do Algarve, organizado

história dos museus arqueológicos, salvo uma ou outra excepção, está ainda por fazer o que impossibilita ter uma percepção clara do fenómeno. No entanto, não queremos deixar de referir alguns dos núcleos museológicos mais importantes: Guimarães, Braga, Porto, Figueira da Foz, Coimbra, Lisboa, Santarém, Beja e Faro ³⁶.

O Ateneu Arqueológico

Também no séc. XIX Braga vai ter adeptos e protectores das suas *antiquidades*. Ao compulsar-se as Actas das sessões camarárias ³⁷ e a imprensa periódica ³⁸ encontram-se, aqui e ali, medidas tendentes à salvaguarda desse rico património herdado de outras eras.

Parte do espólio arqueológico reunido ao longo dos tempos foi recolhido nas Carvalheiras. Mas, um pouco por todo o lado, nas casas particulares, nas quintas, inseridos nas paredes dos templos ou nos muros, encontravam-se vestígios arqueológicos. O bracarense de Oitocentos, à semelhança do bracarense de outros séculos, continuava a coabitar com as permanências soterradas ou visíveis de seus antepassados.

Até à segunda metade do séc. XIX, os protestos contra a incúria a que era votado o património arqueológico e arquitectónico, partia de homens isolados ³⁹.

em Lisboa (convento de S. Francisco, Academia de Bellas-Artes) pelo snr. Estacio da Veiga, com o mesmo escrupulo e cuidado, e no qual tambem a anthropologia e archeologia apparecem de mãos dadas; os museus archeologicos de Santarem, Coimbra e Évora; o da Real Associação dos architectos e archeologos portuguezes (convento do Carmo, Lisboa); o museu creado pelo snr. Martins Sarmiento em Guimarães; as suas importantissimas descobertas na Citânia, em Sabroso e outros pontos; e, recentemente, novas e valiosas explorações em Thomar, na região da Figueira, em Bragança (Castro de Avellãs), tudo isto prova que caminhamos, que é propícia a occasião para crearmos no Porto um pequeno fóco que atraía a attenção dos estudiosos e amadores, afim de salvarmos as numerosas relíquias que estão apparecendo, quasi diariamente, no districto e que, sendo de pouco ou nenhum valor venal, estão comdmnadas á destruição...» in ob. cit. nota 18, p. 30-31.

³⁶ É premente fazer a história de cada um destes museus para conseguir compreender, na globalidade, o nascimento, no séc. XIX, dos vários núcleos museológicos de arqueologia.

³⁷ Eduardo Pires de OLIVEIRA — *A Câmara Municipal de Braga e a Arqueologia (1837-1974)*. «Mínia», Braga, 2.^a série, 2 (3) 1979, p. 164-197.

³⁸ De facto não se pode fazer a história da museologia bracarense sem compulsar a *Imprensa Periódica* de então. Em pequenas notícias, ou em artigos de fundo, recolhem-se dados que de outro modo seriam olvidados. Como se verifica, na feitura deste nosso ponto do trabalho recorremos com insistência a este tipo de fonte documental. Muitas dessas notícias antigas da arqueologia de Braga serão publicadas por Eduardo Pires de Oliveira no vol. 25, 1985, da revista *Conímbriga*.

³⁹ Já durante a visita de D. Pedro V à cidade de Braga se fala *em museu*: «...em 1862 El-Rei D. Pedro V e o Marquês de Sousa examinaram ao monumento [Fonte do Ídolo] e que João Abreu Gomes do Couto, então possuidor d'elle, o offerecera ao monarcha que o acceitou no proposito de o fazer conduzir para a Quinta dos Falcões [hoje Colégio dos Órfãos de S. Caetano] na Madre de Deus, onde, com a protecção de D. Pedro V se projectava estabelecer um museu lapidar». J. L. VASCONCELOS — *Religiões da Lusitania*, vol. 2, Lisboa, Imprensa Nacional, 1905, p. 241-242.

Nessa época, a primeira tentativa de congregar esforços na sua defesa, salvaguarda e estudo surge de um professor bracarense — Pereira Caldas (Est. IV-2).

Docente no Liceu Nacional de Braga, leccionava o curso de Matemática Elementar e de Língua alemã. Possuidor de uma boa biblioteca ⁴⁰ a ⁴², durante grande parte da sua vida (1818-1903) dedicou-se aos estudos literários e das antiguidades que se encontravam disseminadas um pouco por toda a vasta região bracarense ⁴³. Leite de Vasconcelos, após a sua morte, que ocorreu em 15 de Setembro de 1903, traça o perfil de Pereira Caldas em moldes pouco favoráveis, criticando-lhe os escritos de temática muito dispersa, pouco profunda e exígua ⁴⁴, e termina afirmando:

«Apesar de não poder dizer-se que as sciencias archeologicas devam grande incremento á actividade de Pereira Caldas, elle, comtudo, manteve em Braga, durante longos annos, o fogo sagrado nesta esphera, pela palavra, pela escrita e pelo exemplo, — e conhecia bem as antiguidades romanas da cidade, pelo que havia de ser excellente cicerone quando se resolvesse a acompanhar os forasteiros que as quisessem investigar» ⁴⁵.

Malgrado o criticismo de que usa Leite de Vasconcelos para com Pereira Caldas, é lícito reconhecer-lhe o empenho e entusiasmo que depositava nas iniciativas de que era mentor.

Um pouco por todo o País, e como já tivemos ocasião de realçar, se assiste ao congregar de esforços na defesa do nosso Património cultural e ao nascimento de novos núcleos museológicos. Já referimos que o homem de Oitocentos vai basear a sua análise não só em dados literários (fontes escritas), como até aí era uso fazer-se, mas também pelo recurso às escavações arqueológicas e ao espólio reunido nos museus (fontes materiais).

Tivemos também ocasião de referir que o homem de Oitocentos sentiu necessidade de expor o seu corpo de doutrinas e discuti-las com os outros. Realizam-se

⁴⁰ Diz Martins Sarmiento em carta enviada a Pereira Caldas: «não tenho nada que possa offerecer a quem possui uma bibliotheca como V. Ex.» in MARTINS SARMENTO — *Cartas de Martins Sarmiento ao Professor Pereira Caldas*. «Revista de Guimarães», Guimarães, 35 (1) Jan.-Março 1925, p. 6.

⁴¹ Num artigo de *Correio do Minho* diz-se: «A sua casa está repleta de livros, todos elles valiosos, alguns dos quaes verdadeiras raridades, de grande merecimento e valor. A sua livraria avalia-se em alguns contos de reis. No desejo de que ella fosse conservada depois da sua morte, propôs a uma das vereações d'este concelho cedê-la ao municipio, mediante uma pensão annual enquanto vivo; mas a proposta não foi acceite...» in *Pereira Caldas*. «Correio do Minho», Braga, n.º 167, 22 de Setembro 1903. Transcrito in J. Leite de VASCONCELOS — *Necrologia. Pereira Caldas*. «O Arqueólogo Português», Lisboa 9 (3-6) Março-Jun. 1904, p. 128-134, p. 129.

⁴² Diz J. Leite de Vasconcelos sobre Pereira Caldas: «dono de vasta livraria (composta porém, em grande parte, de livros antiquados)», ob. cit. nota 41, p. 132.

⁴³ *José Joaquim Pereira Caldas* in Inocencio Francisco da SILVA — *Dicionario Bibliográfico Português*. Lisboa, 4, 1860, p. 392-414; 13, 1885, p. 42-46; ver também ob. cit. nota 37, p. 165.

⁴⁴ Ob. cit. nota 41, p. 132-134.

⁴⁵ Idem, p. 134.

neste período os 1.^{os} Congressos Internacionais de Antropologia e Ciências Pré-históricas e, paralelamente aos museus e em estreita conexão com estes surgem as *Associações de Amigos dos museus*.

Pereira Caldas tem consciência desta necessidade de diálogo entre fontes materiais e escritas ⁴⁶ e conhece os últimos passos dados pela ciência arqueológica através de bibliografia estrangeira e nacional ⁴⁷. Ele sente que a força de um grupo pode mais do que uma voz isolada e compreende quão importante se torna a troca de ideias e a necessidade de um espaço onde se possam reunir os interessados em discutir e estudar os vestígios do passado. Assim, em 15 de Junho de 1876, Pereira Caldas vai propor a fundação em Braga de um ATENEU ARQUEOLÓGICO:

«Como V. estará compenetrado da importancia e utilidade dos museus d'antiguidades; e de que são as associações dos amadores os sustentaculos essenciaes d'estas instituições prestimosas; não se negará de certo V. a comparecer n'estes Paços Archiepiscopaes (...) Terá então logar a inauguração solemne do Atheneu Archeologico de Braga...» ⁴⁸.

O Ateneu Arqueológico é entendido como ponto de encontro de estudiosos, um modo de conhecer, salvaguardar e estudar o património arqueológico e artístico:

«Visto como os monumentos antigos explicam usos e costumes d'outr'ora, e que d'outro modo não seriam de nós conhecidos; corre-nos o dever de velar pela conservação d'essas reliquias archeológicas, estudando-as minuciosamente à luz da philologia, em proveito da illustração da humanidade.

Foi esta a causa essencial da criação dos museus d'antiguidades, como foi a origem civilisadora das conferências dos estudiosos do passado, explicando e illucidando cada um d'elles os espécimens de mais predilleção...» ⁴⁹.

O Ateneu Arqueológico ao implementar o conhecimento aprofundado do passado e dos seus vestígios, contribuiria também para a dignificação da urbe bracarense aos olhos do País:

«Vê-se (...) qual é a prestimosissima utilidade da inauguração d'um Atheneu Archeologico aqui n'esta nossa Braga, para dessiminação mutua d'estes conhecimentos entre nós, e das illucidações accessorias em correlação com elles.

⁴⁶ Diz Pereira Caldas: «Visto como os monumentos antigos explicam usos e costumes d'outr'ora, e que d'outro modo não seriam de nós conhecidos; corre-nos o dever de velar pela conservação dessas reliquias archeologicas, *estudando-as minuciosamente à luz da philologia*, em proveito da illustração da humanidade» in Pereira CALDAS — [carta de convite para a inauguração do Ateneu Arqueológico]. «Comércio do Minho», Braga, 21 e 22 de Junho 1876.

⁴⁷ Nos seus escritos transcreve pequenos excertos ou refere-se aos nomes mais conhecidos na época no campo da arqueologia.

⁴⁸ Ob. cit. nota 46, 22 de Junho 1876.

⁴⁹ Idem.

Com o mutuo concurso de todos nós, em cujos corações vive entusiastico o amor da patria, aprenderemos muitissimo uns dos outros; e daremos a esta capital do Minho — berço natalicio para uns, e patria adoptiva para outros — o renome de que ela é crédora, não só como povoação alegre e ridente, circundada d'um horizonte amplo e vistoso, e coberta por um ceu limpido e fascinador, senão ainda como repleta de recordações gloriosas em todas as edades, e em todas as phases da história»⁵⁰.

A inauguração official do Ateneu Arqueológico realizou-se a 29 de Junho de 1876, pelas 12 h. da manhã, no Paço Archiepiscopal estando presentes:

«passavam de 150 os cavalheiros reunidos no salão, e figuravam entre elles as auctoridades ecclesiasticas, civis, judiciaes e militares; o Conselho de districto; a Camara municipal; os Corpos docentes do Seminario archidiocesano e do Lyceu nacional; os directores dos jornaes da localidade, e os correspondentes dos jornaes de fóra d'ella, alem de quanto em Braga é conhecido em illustrações, amadores e cultores das Bellas-Artes»⁵¹.

A sessão foi aberta com a leitura de um *discurso à inauguração* por D. João Crisóstomo de Amorim Pessoa, cujo texto desconhecemos e a que se seguiu uma *Allocução*⁵² da autoria de Pereira Caldas.

A Mesa Provisória do Ateneu Arqueológico ficou *constituída* por: o arcebispo D. João Crisóstomo de Amorim Pessoa como presidente; o presidente da Câmara, Visconde de Pindela; o Deão da Sé Primaz; o director das Obras Públicas e Pereira Caldas como secretário.

A proposta de D. João Crisóstomo de Amorim Pessoa para presidente da Mesa Provisória do Ateneu Arqueológico parte de Pereira Caldas. Ele sabe quão influente é o poder espiritual na vida da cidade e, na sua Allocução, não se esquece de referir que o Ateneu Arqueológico não serve só os «curiosos seculares», também nele se deve incluir «o clero da nossa diocese»⁵³.

Esta Associação teve no entanto uma vida muito efémera. Ao compulsar a imprensa periódica da época ficámos a saber que a Mesa Provisória do Ateneu Arqueológico se reuniu pelo menos uma vez mais, em 9 de Julho de 1876, tendo nessa altura iniciado a discussão, na generalidade, dos estatutos e regulamentos «modelados pelos dos estabelecimentos análogos que temos na Europa»⁵⁴.

⁵⁰ Palavras de Pereira Caldas, num artigo inserido no «Comércio do Minho», Braga, 1 de Julho 1876.

⁵¹ Pereira CALDAS — *Atheneu Archeologico de Braga*. «La Academia», Madrid, 1, 1877, p. 87-88.

⁵² Idem. Ver também ob. cit. nota 50.

⁵³ Diz Pereira Caldas: «Com esta instituição auspiciosa, será facil até ao clero da nossa diocese — frequentador d'esta capital do Minho em seu tyrocinio escholar — o locupletar-se de conhecimentos indispensaveis das antiguidades patrias» in Pereira CALDAS — *Carta do Professor Pereira-Caldas... ao illustradissimo Arcebispo Coadjutor de Braga... o Ex.mº D. João Chrisostomo d'Amorim Pessoa para a inauguração d'un Atheneu Archeologico em Braga*. Braga, Typ. de D. G. Gouvea, 1876; também publicado no «Commercio do Minho», 17 de Junho de 1876.

⁵⁴ *Atheneu Archeologico Bracarense*. «Comércio do Minho», 18 de Julho de 1876.

Dáí para diante, e excepto uma notícia inserta em *La Academia* da autoria de Pereira Caldas⁵⁵, nunca mais se ouviu falar no Ateneu Arqueológico.

Conferência Citaniense

Sensivelmente um ano após a tentativa de criação do Ateneu Arqueológico Pereira Caldas surge como mentor de outra iniciativa — a Conferência Citaniense.

É conhecida a correspondência epistolar de Martins Sarmiento para Pereira Caldas⁵⁶. Nesta se discorre sobre o espólio arqueológico encontrado em Briteiros, colocam-se hipóteses, refere-se bibliografia. E, dela se deduz ter Pereira Caldas sugerido a Martins Sarmiento, decorria ainda o ano de 1876, a realização de uma Conferência sobre os estudos arqueológicos e as descobertas efectuadas na Citânia de Briteiros^{57 a 59}. Martins Sarmiento adere à ideia e ambos começam os preparativos para a Conferência⁶⁰.

Marcoada inicialmente para 8 de Abril, devido ao mau tempo, é adiada⁶¹ para 9 e 10 de Junho de 1877. Para esta reunião prepara Martins Sarmiento um

⁵⁵ Ob. cit. nota 51.

⁵⁶ Francisco Martins SARMENTO — *Cartas de Martins Sarmiento ao Professor Pereira Caldas*. «Revista de Guimarães», Guimarães, 32 (1) Jan.-Março 1922, p. 5-9; 32 (4) Out.-Dez. 1922, p. 365-370; 33 (4) Out.-Dez. 1923, p. 197-202; 34 (2-3) Abril-Set. 1924, p. 93-97; 35 (1) Jan.-Março 1925; 35 (2) Abril-Jun, 1925, p. 77-84.

⁵⁷ Numa dessas cartas, datada de 30 de Outubro de 1876, diz Martins Sarmiento: «quero acreditar que os nossos archeologos acudirão ao convite de V. Ex.^a. Para mim é tambem de fé que esta 'conferência' deve dar excellentes resultados e estimular grandemente os estudos archeologicos», ob. cit. nota 56, 35 (2) Abril-Junho 1925, p. 77.

⁵⁸ «Não é menos altamente honroso que a concepção d'esta conferencia partisse do ex.^{mo} dr. Pereira-Caldas, filho honrador das Caldas de Visella, no termo de Guimarães, e que a mão robusta e vigorosa que lhe dera vida e fervor partisse d'um filho illustradissimo d'aquella cidade, o ex.^{mo} dr. Martins Sarmiento, cavalheiro a toda a prova, e um dos patriotas que mais honram este paiz» in *Conferência na Citânia*. «Comércio do Minho», Braga, 5 de Abril de 1877.

⁵⁹ «A ideia d'esta conferencia planeada pelo nosso doutissimo collaborador e amigo, o exc.^{mo} dr. Pereira Caldas; e acolhida e realisada com verdadeiro patriotismo, pello illustradissimo dr. Martins Sarmiento, explorador d'aquellas ruinas venerandas; tem dado vigoroso brado no paiz e fora d'elle» in *Conferência Archeologica da Citânia*. «A Borboleta», Braga, 2, 1876-1877, p. 26-28.

⁶⁰ Num artigo de Jornal diz-se: «Na semana passada teve logar uma excursão á Citânia com o fim de verificação d'alguns topicos d'exame d'aquellas ruinas venerandas. Foram ali os snrs dr. Martins Sarmiento, de Guimarães, e Pereira-Caldas, de Braga, com alguns amigos d'um e outro. O snr. dr. Sarmiento, incansavel nos trabalhos preparatorios da conferencia archeologica da Citânia, que deve ter logar nos dias 8 e 9 do proximo abril, offereceu nas Caldas das Taipas um esplendido jantar aos visitantes das excavações, que elle tem levado ao estado curioso em que se acham» in *Excursão à Citânia*. «Comércio do Minho», Braga, 22 de Março 1877.

⁶¹ Pereira CALDAS — *Conferência archeologica da Citânia*. «La Academia», Madrid, 1, 1877, p. 284-285.

itinerário de visita à Citânia ^{62, 63} e um formulário de questões a serem discutidas entre os conferencistas ⁶⁴.

A Imprensa periódica da época relata em pormenor esta visita à Citânia de Briteiros, indicando o nome dos conferencistas e o percurso por estes efectuado ⁶⁵. No último dia, 10 de Junho, Domingo à noite, os conferencistas reúnem-se na livraria de Martins Sarmento:

«para darem conta das suas impressões e accordarem no modo pratico de dar um resultado efficaz a esta conferencia, como iniciação methodica dos estudos archeologicos no paiz» ⁶⁶.

De entre os vários temas abordados um há que gostaríamos de referir — a proposta de *Estatutos do Centro Arqueológico Português*, da autoria de Pereira Caldas.

Dois anos antes da Conferência Citanense queixava-se o Marquês de Sousa de não haver em Portugal:

«auctoridade alguma incumbida do serviço archeologico; é indispensavel crea-la, e formar conjunctamente um pequeno pessoal incumbido dos estudos theoreticos e praticos necessarios; é forçoso tambem que exista uma pequena verba destinada ás excavações, e á remoção dos objectos descobertos, tanto para o museu central como para os provincias, conforme for mais conveniente para os interesses da sciencia» ⁶⁷.

E Sá Vilela, pouco antes da Conferência, considera ser:

«de toda a conveniencia que os nossos Archeologos reunidos em Guimarães elegeassem Mesa e Direcção, que podessem ser nucleo e formar circulo, para a continuação dos trabalhos archeologicos no nosso paiz; e para a renovação d'estes congressos nas provincias d'elle, onde as circunstancias e a possibilidade os aconselhassem» ⁶⁸.

⁶² Diz Martins Sarmento em carta datada de 23 de Março de 1877 a Pereira Caldas: «Remetto o questionario, redigido á pressa, para V. Ex.^a examinar e indicar as alterações que lhe approuver. E [para dar exemplo da franqueza e liberdade d'apreciação, direi que no *indiculo* amputaria tudo o que são correlações — tudo o que não é pura e strictamente *objecto d'exame na Citânia*, e, ao contrário, ampliava-o por outro lado, partindo da ideia de que elle era uma «especie de guia de viajante». Neste pressupposto, convem saber o itinerario que temos a seguir na visita [das ruínas. Entendendo eu que o melhor é o seguinte...» ob. cit. nota 56, 32 (4) Out.-Dez. 1922, p. 365-369.

⁶³ *Indiculo dos objectos d'exame na Conferência Archeologica da Citânia de Briteiros entre Braga e Guimarães*. Braga, Typ. Commercial, 1877; Dias FREITAS — *Conferência Archeologica Citanense*. «A Borboleta», Braga, 2, 1876-1877, p. 97-99.

⁶⁴ Ob. cit. nota 59, 32 (4) Out.-Dez. 1922, p. 369; S. e C. — *Conferência Archeologica da Citânia*. «A Borboleta», Braga, 2, 1876-1877, p. 18-19.

⁶⁵ Ob. cit. nota 61. Traça de modo global esta visita à Citânia.

⁶⁶ *Conferência*. «Religião e Pátria», 13, Junho, 1877.

⁶⁷ Ob. cit. nota 20, p. 49.

⁶⁸ Sá VILELA — *Primeiro Congresso Archeológico em Portugal*. «Boletim da Real Associação dos Architectos Cívicos e Archeologos Portuguezes», Série 2, 2 (1) 1877, p. 12-13.

Pereira Caldas, imbuído deste espírito apresenta na Conferência Citiense uma proposta de *Estatutos do Centro Archeológico Português*, de que transcrevemos 3 dos 12 pontos do Regulamento:

- II. «O alvo geral d'esta instituição é iniciar, dirigir e aconselhar as excavações archeologicas em nosso paiz — solicitando para isso dos poderes publicos, e de pessoas particulares, os auxilios e as influencias d'opportunidade; e formulando igualmente para isso os Regulamentos indispensaveis».
- VII. «Os membros do Centro Archeologico Portuguez — incetadas que sejam nos seus districtos algumas excavações archeologicas — promoverão para logo a sua publicidade nos jornaes locaes, ou que mais proximos lhes sejam — e sem demora farão remetter d'umas Presidencias ás outras os mesmos jornaes».
- VIII. «Empregarão os membros d'esta instituição a sua assiduidade para que não se extraviem os objectos achados nas excavações archeologicas, e sejam por isso archivados com segurança e fidelidade, onde possam ser estudados oportunamente»⁶⁹.

Por proposta de Augusto Soromenho este projecto de estatutos sofreu algumas alterações, concretamente quanto à designação que se deliberou ser *Associação Archeologica Martins Sarmiento*, com sede em Guimarães. Uma cópia do projecto de Estatutos da autoria de Pereira Caldas foi entregue a cada um dos conferencistas para serem estudados e emitido um parecer⁷⁰.

Esta segunda tentativa de Pereira Caldas, à semelhança do sucedido com o Ateneu Archeológico, não consegue vingar, tendo caído rapidamente no esquecimento.

IX Congresso Internacional de Antropologia e Archeologia Pré-histórica

Antes de analisar outras tentativas de criação de um museu em Braga, tem interesse assinalar a passagem na cidade de alguns dos membros do 9.º Congresso Internacional de Antropologia e Archeologia Pré-histórica⁷¹.

O 1.º Congresso reuniu-se em Neuchatel, na Suíça, decorria o ano de 1866. Para a realização da 9.ª sessão, e após várias indecisões do lado português, foi esco-

⁶⁹ Pereira CALDAS — *Estatutos do Centro Archeologico Portuguez*. «A Borboleta», Braga, 3, 1877, p. 89-90.

⁷⁰ «Por ultimo, por proposta do snr. Pereira Caldas, modificada por outra do sr. Augusto Soromenho, deliberou-se a creação d'uma Associação Archeologica Martins Sarmiento, com a sede em Guimarães, e de que será presidente o mesmo sr. Sarmiento, e com delegações nas diversas partes do paiz onde se tenha em apreço o estudo da archeologia. Como ponto de partida para esta associação distribui-se pelos illustrados conferentes um projecto d'estatutos para a sua organização, devendo cada um delles emitir sobre elles a sua opinião, declarando as modificações ou ampliações a fazer...», ob. cit. nota 66.

⁷¹ M. VIRCHOW — *Excursion dans le Nord du Pays, Braga et Citânia de Briteiros*, in «Congrès International d'Antropologie et d'Archeologie Préhistoriques. Compte Rendu de la Neuvième Session à Lisbonne». Lisboa, Typ. de l'Acad. Royale des Sciences, 1884, p. 647-662.

lhida a cidade de Lisboa ⁷². Do vasto programa do Congresso constava uma visita arqueológica à Citânia de Briteiros. Os conferencistas na sua ida de Lisboa à Citânia ^{73, 74} pararam no Porto e Braga. Nesta última cidade, onde pernoveram, foram recebidos por vários bracarenses, entre os quais se encontrava Pereira Caldas.

No dia seguinte, 30 de Setembro de 1880, pelas 7 h. da manhã.

«conforme haviam combinado entre si, foram na companhia do dr. Caldas alguns epigraphistas examinar os cipos das Carvalheiras que estes sabios acharam muito interessantes, comquanto já tivessem conhecimento d'alguns delles. Em seguida visitaram a Sé, demorando-se principalmente a admirar o famoso coro, por ser, conforme elles próprios se explicavam — 'un morceau de bois'. Às 8 e meia partiram todos para a Citania, sendo acompanhados pelos srs. doutores Pereira Caldas, Corrêa e conde de S. Mamede» ⁷⁵.

⁷² «...A existencia do homem, ou ser intelligente por seculos e seculos, anteriores ao mais antigo periodo historico ficou demonstrada. Em breve se começaram a distinguir várias edades n'esse periodo prehistorico.(...) Com isto conseguiu-se levar a antiguidade do homem ao periodo geologico chamado quaternario, isto é, ao periodo anterior ao actual, distando d'este muitos milhares de annos.

Estando já tão avançada a sciencia prehistorica, reuniu-se em 1865 em Spezzia (Itália) a Sociedade Italiana das Sciencias naturaes, e na sua segunda sessão extraordinaria constituia-se em sessão especial prehistorica, sob a presidencia do professor Giovanni Capellini, e adoptava sob proposta de G. de Mortillet a fundação de um congresso palaeoethnologico internacional.

Formuladas as bases do congresso reuniu-se este na sua primeira sessão ordinaria em 1866 em Neufchatel (Suissa) sob a presidencia do professor Desor, e a segunda reunião em Paris em 1866, sob a presidencia de Eduardo Lartet, membro da Sociedade Geologica de França.

Já n'esta sessão foram apresentados logo na primeira reunião por Mortillet os trabalhos feitos em Portugal relativos aos dolmens (antas) pelo sabio professor Dr. F. A. Pereira da Costa, em que não só se apresentaram documentos incontestaveis da idade da pedra em Portugal, mas alguns vestígios da idade do bronze, negada na peninsula por alguns archeologos hespanhoes (como Tubino) e que por então ainda se não julgaram sufficientes.

Esta sessão de Paris foi a que organisou e regulamentou definitivamente o congresso de anthropologia e de archeologia prehistorica, que depois de se ter reunido em 1868 em Norwich sob a presidencia de sir John Lubbock, em 1869 em Copenhague sob a de Worsaae, em 1871 em Bolonha sob a do Conde Gozzadini, em 1872 em Bruxellas sob a do Conde Omalius d'Hallo, em 1874 em Stokolmo sob a presidencia do Conde Hammig Hamilton, em 1876 em Buda Pesth sob a de F. de Putzky, veio finalmente a reunir-se em Lisboa no corrente anno sob a presidencia do illustre professor João d'Andrade Corvo. No entretanto houvera uma sessão intermediaria do congresso internacional das sciencias anthropologicas por occasião da exposiçào de Paris em 1878.

A organisação do congresso não permite celebrar duas sessões seguidamente na mesma cidade, por isso se fez a escolha de Lisboa para a 9.^a sessão, a qual teve principalmente por fim verificar os trabalhos do sr. Carlos Ribeiro, com os quaes o illustre geologo julgava haver descoberto sufficientes vestígios do homem no periodo terciario» in R. — *Congressos Anthropologico e Litterario*. «Occidente», Setembro 1880, p. 194.

⁷³ Pereira CALDAS — *Visita archeologica à Citania*, 1880.

⁷⁴ Alfredo CAMPOS — *Folhetim: De Lisboa à Citânia*. «Religião e Pátria», 8 de Janeiro de 1881.

⁷⁵ *Congressistas*. «O Constituinte», Braga, 2 de Outubro de 1880.

Esta atitude denota o empenho que alguns bracarenses, concretamente Pereira Caldas, tinham em dar a conhecer aos interessados o Património arqueológico e arquitectónico da sua cidade.

Museu arqueológico das Carvalheiras

Mas a defesa do Património arqueológico e o desejo de criação de um museu não é apanágio de um único homem. Em 17 de Maio de 1886 a Câmara Municipal de Braga decidiu recolher nas Carvalheiras todo o espólio arqueológico que se encontrava disseminado pela cidade ⁷⁶ (Est. IV-1). E em Fevereiro de 1892 propõe-se organizar aí um museu arqueológico.

«Foi encarregado d'este serviço o snr. dr. José de Sousa Machado, digno secretario da camara. Os trabalhos para o museu já principiaram. N'elle vão ser collocados o antigo pelourinho da cidade, armas de edificios publicos, cruzeiros, pedras com inscripções apparecidas ultimamente, etc.» ⁷⁷.

O texto acima transcrito refere terem sido iniciados «os trabalhos para o museu» o que não corresponde à verdade. A Câmara limitou-se a iniciar a recolha do espólio arqueológico na então designada Alameda das Carvalheiras.

Só passados cinco anos se volta a ouvir falar em museu. Na Acta da sessão camarária de 23 de Janeiro de 1897 refere-se uma proposta apresentada pelo Visconde de Fraião com o intuito de:

«criação de um museu municipal onde sejam recolhidos os monumentos arqueológicos existentes no concelho e expostos aos insultos do tempo e vandalismos dos ignorantes» ⁷⁸.

Esta proposta foi unanimemente aprovada e nessa mesma reunião:

«nomeada uma comissão para escolha do local, estudo doutros assuntos e direcção dos trabalhos de instalação composta dos seguintes Cavalheiros: Reverendo Manuel José Pereira, Reverendo Manuel Martins Capela, Visconde de Fraião, Bernardino José de Senna Freitas, Bacharel José de Sousa Machado, Joaquim Augusto d'Afonseca Franco, António José de Sousa Ribeiro e Domingos Rebelo Barbosa» ⁷⁸.

Segundo informação extraída do jornal «O Comércio do Minho», o museu arqueológico seria instalado «junto á escola industrial desta cidade para o que havia no orçamento ordinario a respectiva verba» ⁷⁹.

⁷⁶ 17-1-1886: «Por proposta do senhor presidente resolveu-se recolher no Campo das Carvalheiras todas as pedras antigas que existem na cidade e que tem merecimento arqueológico», ob. cit. nota 37.

⁷⁷ *Museu archeologico*. «Comércio do Minho», 4 de Fevereiro de 1892.

⁷⁸ Ob. cit. nota 37.

⁷⁹ «Câmara Municipal (...) nomeou uma comissão encarregada de proceder á instalação d'um muzeu archeologico junto á escola industrial d'esta cidade, para o que havia no orçamento ordinario a respectiva verba...» in *Câmara Municipal*. «Comércio do Minho», 26 de Janeiro de 1897.

Um dos seus membros e presidente, o padre Martins Capela, propõe que sejam integrados na Comissão mais dois elementos: Albano Belino e Pereira Caldas (Março de 1897)⁸⁰.

Ao terem conhecimento desta iniciativa camarária são várias as pessoas e instituições que se congratulam. Entre estas destaquem-se Leite de Vasconcelos⁸¹ e a Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses⁸².

Em 23 de Outubro de 1897 é proposta e aprovada em sessão camarária a concessão de um orçamento para a construção, nas Carvalheiras, de um pequeno edifício destinado à instalação do museu arqueológico⁸³.

Mas a acção da Câmara de Braga não se limita à defesa e preservação do Património arqueológico conhecido, apoia e facilita as escavações arqueológicas. Em Junho de 1899:

«resolve prestar todo o auxilio ao seu alcance ao ilustrado sócio da Real Associação o senhor Albano Belino, não só com relação às explorações nas circunvizinhanças de Braga, pondo à sua disposição os cantoneiros que possa dispensar, (...), assim como resolve tomar em consideração quaisquer indicações suas, para promover a conservação dos monumentos romanos existentes nas Carvalheiras e em outros pontos da cidade, enquanto se não pode fundar um museu arqueológico, como era vontade desta corporação»⁸⁴.

Sabemos que esta Comissão continuou a trabalhar em prol da instituição do museu, porque, datado de 23 de Outubro de 1899, existe um interessante *Projecto de um pequeno edifício no museu archeologico das Carvalheiras: Detalhe, Orçamento e Desenhos*⁸⁵.

Mas tal como as anteriores tentativas também este projecto para um museu arqueológico nas Carvalheiras se malogra. As causas do insucesso são várias, algumas vão a seguir apontadas.

⁸⁰ «Museu archeologico — O rev. P.^e Martins Capella, presidente da comissão encarregada pela camara municipal de proceder á installação d'um muzeu archeologico junto á escola industrial d'esta cidade, propoz que á referida comissão fossem aggregados os snrs. Albano Belino e dr. Pereira Caldas» in *Museu archeologico*. «Comércio do Minho», 4 de Março de 1897.

⁸¹ J. Leite de VASCONCELOS — *Museu Municipal de Braga*. «O Arqueólogo Português», Lisboa, 3 (3-4) Março-Abril, 1897, p. 78-80.

⁸² Na Acta da Sessão Camarária de 13-3-1897 lemos: «Officio do Ex.^{mo} Conde de S. Januário na qualidade de presidente da Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses participando que foi unanimemente resolvido em sessão da Assembleia Geral daquela Real Associação realizada no dia 21 de Fevereiro exarar na acta um voto de louvor a esta Câmara pela criação de um Museu Arqueológico nesta cidade,» ob. cit. nota 37.

⁸³ Na Acta da Sessão Camarária de 23 de Outubro 1897 lemos: «Foi aprovado o presente orçamento na importância de 1 120\$000 para a construção de um pequeno edificio no Museu Arqueológico das Carvalheiras, deliberou-se enviá-lo à aprovação do Governo de Sua Magestade», ob. cit. nota 37.

⁸⁴ Ob. cit. nota 37.

⁸⁵ Ver Apêndice e Estampa VI.

O museu arqueológico de Albano Belino

Em 1899 paralelamente à iniciativa camarária de criação do museu arqueológico nas Carvalheiras um outro projecto de museu vai ganhando corpo — o museu arqueológico de Albano Belino (Est. V-1).

Já em dois momentos diferentes a ele nos referimos: quando em 1897 é proposto para membro da Comissão organizadora do Museu Arqueológico das Carvalheiras⁸⁰ e em Junho de 1899 quando a Câmara de Braga apoia as suas escavações arqueológicas nos arrabaldes de Braga e lhe pede a sua opinião quanto à organização do espólio arqueológico da cidade⁸⁴.

Teria Albano Belino pertencido de facto à comissão organizadora do Museu Arqueológico das Carvalheiras ou o seu nome foi apenas proposto? E se pertencia, como se explica que em Junho de 1899 a Câmara lhe solicite um parecer na organização do espólio arqueológico da cidade⁸⁴, e em Setembro desse mesmo ano Albano Belino venha a criar o seu próprio museu arqueológico?⁸⁶ Interrogações que deixamos formuladas.

O certo é que em 15 de Setembro de 1899 Albano Belino instala o seu museu arqueológico⁸⁷ numa loja do paço arquiépiscopal (Est. V-2):

«sua exc.^a revm.^a o snr. arcebispo primaz cedeu ao nosso amigo snr. Albano Bellino uma loja do paço archiepiscopal para alli recolher todos os objectos do seu museu particular, que se compõe d'alguns dos mais notaveis monumentos epigraphicos da epocha romana, muitos fragmentos de ceramica, alguns mosaicos, tijolos, machados de pedra, etc.

Tudo isto não tem por enquanto uma disposição apropriada, mas pôde desde já considerar-se o início d'um futuro museu de alta importancia para a capital do Minho.

Crê-mos, pois, removida uma antiga difficuldade, porque o snr. Bellino, com o producto da exploração das duas cidades romanas que vae pondo a descoberto nas visinhanças de Braga, ha-de enriquecer o referido museu, que representa mais uma prova da sua dedicação extraordinária por tão pesados estudos»⁸⁶.

A notícia acima transcrita refere ter o espólio vindo do «museu particular» de Albano Belino. Este, no seu primeiro livro *Inscrições e letreiros da cidade de Braga e algumas freguesias rurais*, publicado em 1895, insere algumas das lápides que encontrámos na sua colecção. Teria surgido nessa época o espírito coleccionador de Albano Belino ou é anterior? Não sabemos.

E este «florescente museu»⁸⁸ vai aumentando o seu espólio com ofertas de

⁸⁶ *Museu archeologico*. «Comércio do Minho», Braga, 16 de Setembro de 1899.

⁸⁷ É interessante verificar que a abertura do *museu arqueológico Albano Belino* antecedeu o *Projecto de um pequeno edificio no museu archeologico das Carvalheiras* que tem a data de 23 de Outubro de 1899.

⁸⁸ Lemos num artigo de jornal: «A este florescente museu, fundado pelo nosso amigo snr. Albano Bellino, foram ultimamente offercidos os objectos seguintes...» in *Museu archeologico*. «Comércio do Minho», Braga, 9 de Setembro de 1900.

particulares^{89, 90} e dos próprios poderes públicos. Teria a Câmara desistido da criação do museu municipal de arqueologia? O certo é que em Julho de 1902 esta autoriza Albano Belino a «remover para o seu Museu Arqueológico uma lápide romana que está nas proximidades do palacete do Senhor Conde de S. Martinho»⁹¹, bem como um ou outro dos muitos objectos arqueológicos que se encontravam disseminados pela cidade.

Estas ofertas da Câmara ao museu arqueológico de Albano Belino, são louvadas e incentivadas pela Imprensa:

«A camara é digna dos maiores elogios (...), a nosso ver a camara deveria fazer transportar para o referido museu do snr. Bellino os capiteis, as columnas, os escudos e os baldaquinos que o rapasio dia a dia vae mutilando no primeiro quarteirão da alameda, onde se encontram a granel.

Só assim, com o concurso de todos, poderá ir para diante a fundação definitiva d'um museu em Braga»⁹².

Entre os apoiantes do museu arqueológico de Albano Belino incluem-se Leite de Vasconcelos⁹³ e Ricardo Severo⁹⁴. Ambos elogiam esta iniciativa e apontam a necessidade de se procurarem instalações mais dignas, visto a loja do Paço arquiépiscopal onde se encontrava depositado o espólio ser um pequeno, «sombrio e humido corredor de poucos palmos de largo, apenas alumiado por uma fresta que dá para o claustro. Mal se percebem os objectos que a dedicação do collectionador ali, desveladamente amontoou; presta-se entretanto este pobre aspecto a tornar mais expressivo o contraste entre o entusiasmo e piedosa veneração do investigador, e o desprezível e mesquinho amparo do funebre cubiculo»⁹⁴.

Mas mesmo a insistência dos seus mais acérrimos defensores não consegue alterar as deficitárias condições de instalação. No período que medeia entre a data da sua instalação numa loja do paço arquiépiscopal, 15 de Setembro de 1899, e a morte de Albano Belino, que se verifica em 3 de Dezembro de 1906^{95 a 97}, o núcleo arqueológico vai sendo gradualmente ampliado, mas o espaço continua o mesmo.

⁸⁹ Lê-se num artigo de jornal: «A instancias do nosso amigo snr. Albano Bellino, estudioso archeologo bracaraense, foi removida para o seu museu archeologico uma lapide votiva dedicada ao deus Jupiter, existente na alvenaria d'uma escada da rua de S. Vicente» in *Archeologia*, «Comércio do Minho», Braga, 20 de Novembro de 1902.

⁹⁰ J. L. VASCONCELOS — *Archeologia Bracaraugustana. Inscricções romanas. Projecto de museu*. «O Archeólogo Português», Lisboa, 8 (10-11) Out.-Dez. 1903, p. 296-299, p. 295 e 298.

⁹¹ Ob. cit. nota 37.

⁹² *Museu archeologico*. «Comércio do Minho», Braga, 31 de Julho de 1902.

⁹³ Ob. cit. nota 90.

⁹⁴ Ricardo SEVERO — *A collecção archeologica de Albano Belino em Braga*. «Portugália», 1 (1-4) 1899-1903, p. 651-652.

⁹⁵ José FORTES — *Os mortos. Albano Belino*. «Portugália», Porto, 2 (1-4), 1905-1908, p. 482.

⁹⁶ J. L. de VASCONCELOS — *Necrologia. Albano Belino*. «O Archeólogo Português», Lisboa, 11 (9-12) Set.-Dez. 1906, p. 318-320.

⁹⁷ J. GUALDINO — *Boletim*. «Revista de Guimarães», Guimarães, 24(1) Jan. 1907, p. 45-47.

Em 1905, Albano Belino coloca-se ao lado dos defensores da não-destruição da cidadela medieval bracarense e apoia a ideia de aí instalar um museu.

«É absolutamente desnecessario encarecer as vantagens dos museus municipaes, verdadeiras escolas praticas onde se aprende a amar o passado e onde se estuda arte antiga nos vestigios que nos ficaram do povo-rei e de outros que aqui lhe succederam. Alem d'isso o nosso povo, pelo exame directo dos objectos expostos, adquire conhecimentos que não tem acêrca do valor de muitos d'elles que vão desaparecendo.

Despertem enquanto é tempo e convençam-se de que hoje já não é cedo»⁹⁸.

Seria intenção de Albano Belino oferecer a este tão desejado museu as suas colecções? Não sabemos. O certo é que o seu núcleo arqueológico foi aumentando, fruto das suas aquisições e das ofertas de particulares e da própria Câmara, que assim demonstravam o seu empenho na constituição de um museu.

Mas será lícito considerar o núcleo arqueológico de Albano Belino um museu? Amontoado num espaço exíguo, húmido e escuro, visitado de quando em vez por um ou outro conhecido de Belino, este núcleo, apesar do seu interesse arqueológico e reconhecido valor científico, não era, de facto, um MUSEU.

Albano Belino coleccionador interessado e amante dos vestígios arqueológicos da sua região, compreendeu a necessidade urgente de preservar para o futuro as permanências do passado — «despertem enquanto é tempo e convençam-se de que hoje não é cedo»⁹⁸ — e de reunir todo esse espólio num museu onde poderia ser reutilizado e fruído por toda a comunidade. Mas Albano Belino nunca ohegou a ver nascer o museu, alguns anos mais teriam ainda de decorrer. Após a sua morte (3 de Dezembro de 1906) este importante núcleo arqueológico é oferecido pela sua viúva, Sr.^a Delfina Rosa d'Oliveira Cardoso, à Sociedade Martins Sarmento^{99 a 101} e outra parte, ainda que diminuta, ao Museu Etnológico¹⁰².

⁹⁸ Albano BELINO — *Museu de Braga. Projecto*. «O Arqueólogo Português», Lisboa, 10 (1-2) Jan.-Fev. 1905, p. 16.

⁹⁹ «Na quarta-feira penultima chegaram a Guimarães, indo d'esta cidade em oito carros de bois, alguns objectos de valor archeologico, os quaes faziam parte do museu que o saudoso Albano Bellino aqui possuia» in *Espólio archeologico de Albano Belino*. «Comércio do Minho», 14 de Fevereiro de 1907.

¹⁰⁰ «Segundo consta da acta de 31 de Dezembro passado, pela viuva do fallecido snr. Albano Ribeiro Bellino, a excellentissima senhora D. Delphina Rosa d'Oliveira Cardoso, havia sido offerecido a esta Sociedade o inicio do museu archeologico que aquelle nosso illustre consocio possuia na cidade de Braga, e o qual constava de diversas pedras com inscripções de muito valor.

Que este acto de generosidade d'aquella senhora, demonstrando mais uma vez o affecto que a liga á cidade de Guimarães, e particularmente a esta Sociedade, é merecedor do nosso maior reconhecimento, e, por isso, proponho que a excellentissima senhora D. Delphina Rosa d'Oliveira Cardoso seja inscripta no quadro dos nossos socios honorarios...» in J. Gualdino PEREIRA — *Boletim*. 1.º trimestre de 1907. «Revista de Guimarães», Guimarães, 24 (2) Abril 1907, p. 87-89; v. tb. p. 105.

¹⁰¹ «No dia 9 de março findo [1907] foi inaugurada no museu da Sociedade uma secção especial denominada Albano Bellino, constituida pelos preciosos monumentos, que este nosso sau-

Braga perde, assim, por incúria, este importante núcleo arqueológico de interesse manifesto para o estudo do seu passado. É ainda em 1908 a edilidade se ressentir desta perda:

«deste modo se evita a saída de pedras de grande valor para enriquecer museus estranhos como aconteceu às que pode salvar o chorado Albano Belino que se acham no Museu Martins Sarmiento de Guimarães e outras que estão em museu contíguo à Biblioteca do Porto, etc»¹⁰³.

Abordámos ao longo deste artigo os antecedentes do Museu de D. Diogo de Sousa. De facto, para compreender o seu nascimento em 1918¹ e *renascimento* em 1980², era necessário fazer recuar a análise dos factos a épocas anteriores. Em próximo texto referir-nos-emos à história do museu desde os primeiros anos do século XX até ao seu ressurgimento em 1980.

doso consocio havia reunido nas suas excursões e explorações archeologicas e com que projectava formar o inicio d'um museu em Braga, tentativa que, por contrariedades diversas, jamais pôde realizar.

Feliz contrariedade da qual resultou que estes objectos, que, além de quatorze inscrições luso-romanas, abrangem especimens de ceramica, de pedra, etc., das antigas eras, vieram enriquecer o museu da Sociedade Martins Sarmiento por generosa cedencia de sua exc.^{ma} viuva, que á sua terra natal quiz, por tal modo, patentear o seu affecto. Eis a indicação summaria do que constitue esta secção...» in Abade Oliveira GUIMARÃES — *O Museu Archeologico*. «Revista de Guimarães», Guimarães, 24 (2) Abril 1907, p. 79-86.

¹⁰² O espólio oferecido pela viúva de Albano Belino ao museu Etnológico Português vem assinalado in José CARVALHAIS — *Aquisições do Museu Etnológico Português*. «O Arqueólogo Português», Lisboa, 13 (7-12) Jul.-Dez. 1908, p. 374; 16 (1-2) Jan.-Dez. 1911, p. 103-125, p. 110, 116, 122.

¹⁰³ Acta da sessão camarária de 23 de Janeiro de 1908, ob. cit. nota 37.

APÊNDICE

Municipalidade de Braga. Projecto de um pequeno edificio no Museu Archeologico das Carvalheiras. Detalhe, Orçamento e Desenhos

Descrição das obras

O pequeno edificio será construído em um dos quarteirões do museu archeologico das carvalheiras, e destinado a recolher e a guardar estátuas, lápides, inscrições, moedas, exemplares de ceramica antiga, armaduras, vestuários, objectos de adorno, móveis, imagens e outros objectos archeologicos, bem como photographias, desenhos, pinturas e reproduções de monumentos, que facilitem o estudo da nossa história e o conhecimento do passado.

O edificio será construído com as dimensões de vinte e três metros de comprimento por oito metros de largo, conforme indica a respectiva planta. A sua construcção será feita com um sacco de perpeanho e paredes de tabiques, devidamente rebocados; terá uma porta de servidão e nove janellas, sendo quatro na frente e cinco no lado posterior.

As portas e caixilhos para vidraças serão de madeira de castanho; as portas das janellas serão de pinho Flandres e o madeiramento da cobertura será de pinho vermelho de riga (Pitch-pine). O telhado deverá ser feito com telha francesa e o pavimento em betonilha.

Condições

- 1.^a — A alvenaria para as fundações será de pedra de fogo, de rija consistência de grandeza apropriada e assente segundo as regras da arte e de uma boa e sólida construcção.
- 2.^o — Os lajedos para soleiramente serão de pedra de natureza rija, homogénea, de cor igual e sem falhas, serão aparelhadas a pico fino nas superficies virgens e a pico grosso nas juntas e leitos.
- 3.^a — O perpeanho para o socco será de pedra de boa qualidade, aparelhada em esquadria e escodados; deverão ser assentes em argamassa de cal e areia.
- 4.^a — Os tabiques serão de madeira de pinho da terra, devendo ter a espessura de 0,05.
- 5.^a — As madeiras a empregar, segundo as dimensões dos desenhos e respectivos preços do orçamento serão de castanho para a porta, caixilhos e apilarados exteriores; de pinho flandres para as portas das janellas; de pinho da terra para os apilarados interiores e de pinho de riga para a cobertura; serão em geral de boa qualidade, bem seccas, livres de grandes nós, sem fendas, perfeitamente sãos e com fibras consistentes, bem aparelhadas, com juntas perfeitamente unidas e em harmonia com o fim a que se destinam.
- 6.^a — As ferragens meúdas serão de boa qualidade, bem fabricadas e polidas, segundo o fim a que se destinão; serão bem assentes e recravadas na madeira com a maxima perfeição.
- 7.^a — As argamassas serão fabricadas no local e serão compostas de 0,30 de cal extinta e 0,70 de areia ou saibro para o soleiramento e socco.

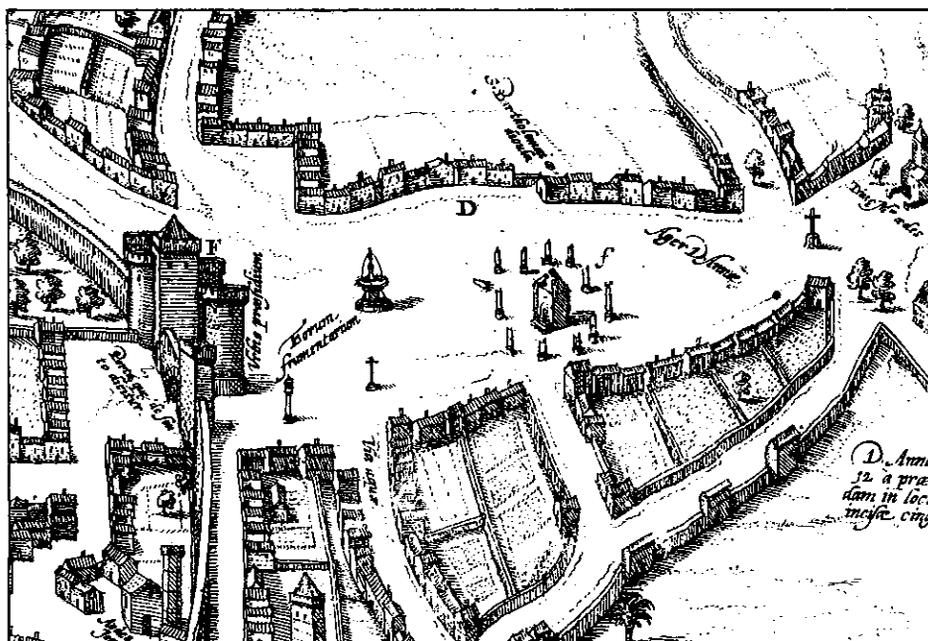
Cadernos de Arqueologia, Série II, 1, 1984, pp. 109-134.

- 8.^a — A telha a empregar será da conhecida pelo nome de Telha de marselha, deverá ser bem fabricada, sonora e impremiável; os encaixes bem desempenados para se justarem perfeitamente na applicação e assento.
- 9.^a — A betonilha para o pavimento terá a espessura de 0,20, devendo ter uma camada de pedra britada da espessura de 0,10 m, outra camada de pedra britada e argamassa de cal e cymento com a espessura de 0,08 m e uma camada de cymento e na superficie com a espessura de 0,02 m, será bem desempenada e alisada na superficie.
- 10.^a — Os trabalhos serão executados segundo os preceitos estabelecidos pelas regras que a arte das construcções indica e segundo as instrucções verbaes ou escriptas dadas pelo fiscal das obras, sendo o arrematante o responsavel pelo fiel cumprimento de todas as disposições e desenhos do projecto.
- 11.^a — O deposito de garantia da execução das obras será de 5% da importância da arrematação.
- 12.^a — As obras deverão começar oito dias depois d' approvada a arrematação; serão concluídas no praso de cinco meses, e terão um praso de garantia de seis meses contados da data da sua conclusão.
- 13.^a — O empreiteiro fica sugeito, além do estabelecido n'estas condições, no disposto nas clausulas e condições geraes para empreitadas d'Obras Publicas de 28 d'abril de 1887 e mais regulamentos sobre empreitadas d'Obras Publicas em vigor.

Braga, 23 d'Outubro de 1897

António Martins Ferreira
Cond.^{or} d'obras P.^{as} M.

(Arquivo de Obras dos Serviços Técnicos da Câmara Municipal de Braga — O. U. [Obras Urbanas] 6, Processo 6).



1 Capela de Santa Ana e marcos miliários. Pormenor da planta de Braga, publicada em 1594 por Georgius Braun.



2 D. Diogo de Sousa. Óleo sobre tela da colecção do Tesouro da Sé Catedral, Braga.

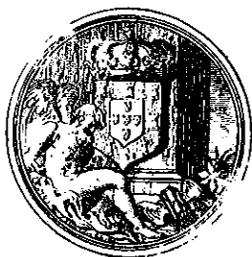
ESTAMPA II

MEMORIAS
PARA A HISTORIA
ECCLESIASTICA
DO ARCEBISPADO
DE BRAGA,
PRIMAZ DAS HESPAÑHAS,
DEDICADAS A ELREY

D. JOAÕO V.
NOSSO SENHOR.

APPROVADAS PELA ACADEMIA REAL,
ESCRITAS PELO PADRE
D. JERONYMO CONTADOR
DE ARGOTE,
Clerigo Regular, Academico da mesma Academia.

TITULO I.
DA GEOGRAFIA DO ARCEBISPADO PRIMAZ
de Braga, e da Geografia antiga da Provincia Bracarense.
TOMO PRIMEIRO.



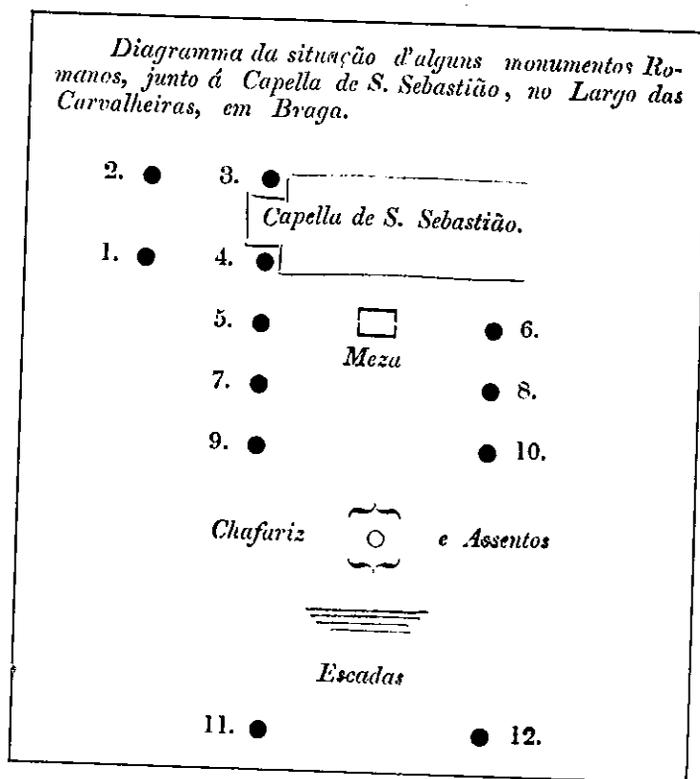
LISBOA OCCIDENTAL,
Na Officina de JOSEPH ANTONIO DA SYLVA, Impressor da Academia Real.

M. DCC. XXXII.

Com todas as licenças necessarias.

da Cong^{am} de Braga

Fac-simile da folha de rosto de D. Jerónimo Contador de Argote — *Memórias para a História Ecclesiástica do Arcebispado de Braga*, Vol. 1, Lisboa, 1732.



1 Diagrama com a colocação dos marcos miliários junto à Capela de S. Sebastião nas Carvalheiras. Publicado em Revista Literária, Porto, 2, 1838, p. 197.

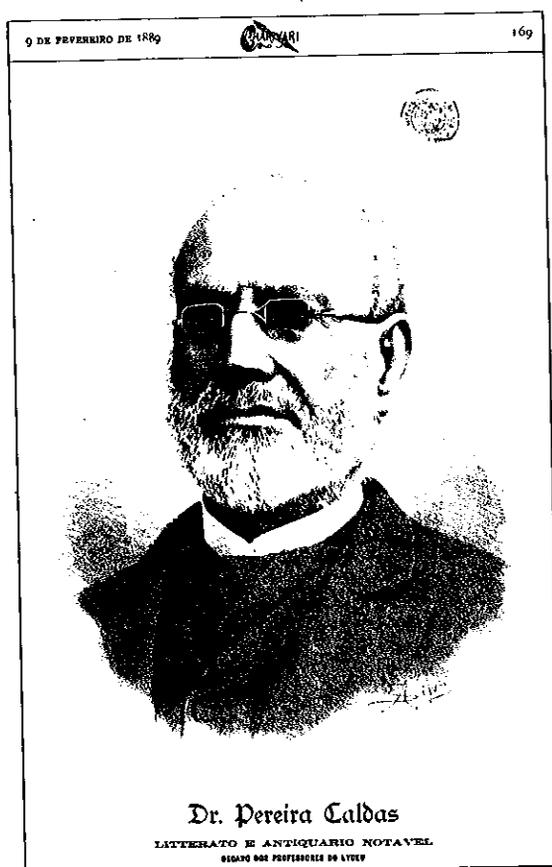


2 Gravura representando a Capela de S. Sebastião e os marcos miliários nas Carvalheiras. Publicado in José Augusto Vieira — *O Minho Pitoresco*, Lisboa, 1887, p. 25.

ESTAMPA IV



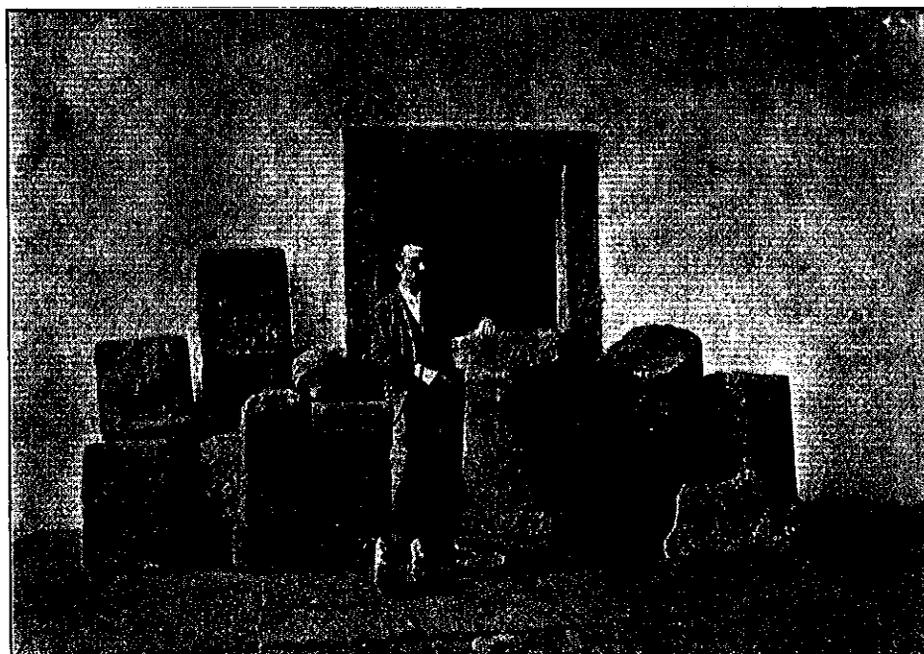
1 Fotografia do Passeio das Carvalheiras, na qual já são visíveis os marcos miliários aí recolhidos por decisão da Câmara Municipal de Braga em 1886. Cliché de Manuel Carneiro existente no Centro de Documentação Fotográfica da Universidade do Minho.



2 Gravura representando Pereira Caldas. Publicada em *Charivari*, Porto, 3 (22) 1889, p. 169.

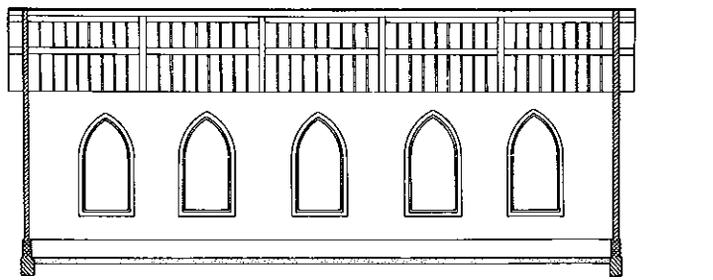
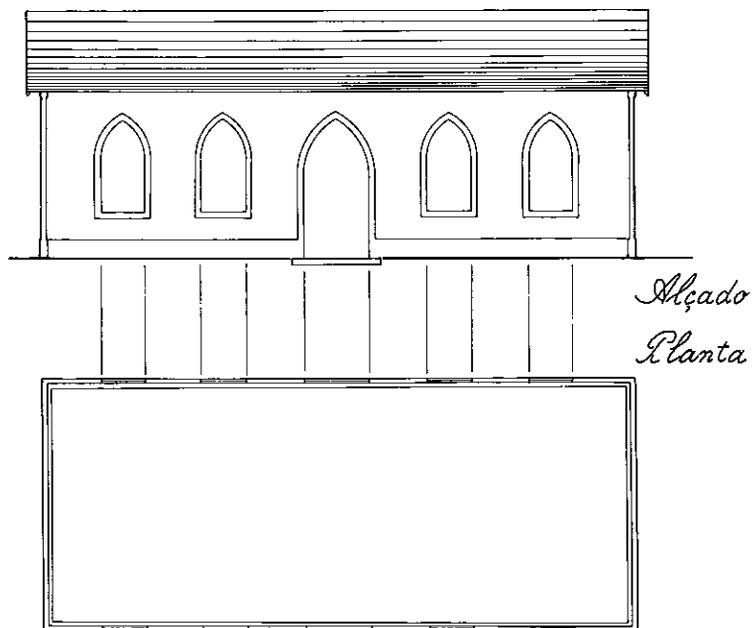


1 Fotografia de Albano Belino.

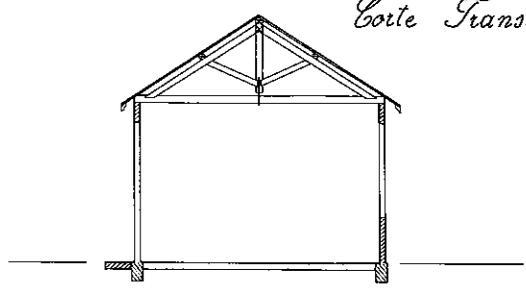


2 Albano Belino junto da sua colecção arqueológica. Fotografia publicada em *O Arqueólogo Português*, Lisboa, 14, 1909, p. 2.

ESTAMPA VI



Corte Longitudinal
Corte Transversal



Planta, alçado e cortes do edifício destinado a museu arqueológico em 1897 (Ver apêndice 1).